

Arqueologia Colonial: as Casas Fortes (de Pedra) como unidades de defesa e ocupação no Rio Grande do Norte no Século XVII

Roberto Airon Silva
Mestre em História – UFPE
Professor do Departamento de História da UFRN
Coordenador do Laboratório de Arqueologia- Larq
larq@cchla.ufrn.br

Resumo

O início do século XVII marca segundo a historiografia sobre o período colonial no Brasil, a expansão e o demonstrado interesse da Coroa portuguesa em explorar áreas antes não ocupadas pelo processo de colonização. Novas datas e sesmarias determinaram esse avanço e para tanto foi necessário desenvolver novas estratégias de ocupação e defesa do território colonial. No Rio Grande do Norte esse processo foi determinado pelo avanço da ocupação além da linha demarcatória da linha litorânea, exigindo que nesses pontos se instalasse postos fortificados: as Casas Fortes. Citadas pela historiografia potiguar esses postos fortificados, na segunda metade do século XVII adequaram utilização civil e militar no contexto de exploração de novas terras e na guerra contra o índio,. Um trabalho histórico e arqueológico sistemático poderá evidenciar a dimensão das relações sócio-econômicas e étnicas existentes nesses espaços na Capitania do Rio Grande.

Palavras-chave

Arqueologia colonial, Capitania do Rio Grande - século XVII e Casas Fortes

Os usos de fontes escritas, etnográficas e históricas na pesquisa arqueológica têm constituído importante instrumento do conhecimento acerca das cronologias, dos eventos e também dos sistemas culturais de sociedades do passado e das transformações e modificações desses mesmos sistemas culturais ao longo do tempo¹.

¹ Idem. Pág.36

Desde os primórdios da disciplina arqueológica, na Arqueologia Clássica, por exemplo, arqueólogos tais como Edward Clark, na pesquisa de sítios sagrados na Judéia, em 1801; de Edward Robinson, em 1837, no reconhecimento e estudo de cidades abandonadas nos lugares descritos na Bíblia. Também, o exemplo de Johann Winckelmann, que em 1764, desenvolveu a cronologia da arte antiga e da arquitetura com base nos escritos clássicos, produzindo a primeira cronologia sistemática dos vestígios; e por fim, Heinrich Schliemann, que em 1870, não encontrando templos e esculturas belas e clássicas, com suas explorações, entretanto, contribuiu para o recuo de mais de 2000 anos na história da área do Mar Egeu, usando textos clássicos como a *Ilíada* e a *Odisséia*.²

Na Arqueologia Americana, os relatos dos cronistas e viajantes contribuíram para o nascimento do interesse arqueológico e forneceram informações importantes para a Etnologia, História e Arqueologia. No Brasil, em áreas como a Amazônia, Goiás, locais com pinturas rupestres e pesquisa etno-histórica aliada à Arqueologia, dados sobre os aldeamentos, origens das cidades e as doações de terras, permitem hoje um melhor entendimento das relações que envolviam a colonização.

Busca-se então, nessa pesquisa trabalhar no âmbito da Arqueologia Histórica, que dentro das novas possibilidades teóricas da arqueologia hoje no Brasil, abrem um vasto campo de estudo dos vestígios materiais no âmbito da pesquisa em História Colonial no Brasil. Segundo a historiadora Maria S. Ferraz³, a arqueologia brasileira tem sido uma importante fonte para a História Colonial tanto quanto os registros históricos têm levado os arqueólogos a buscarem pistas necessárias ao início das escavações.

Pensamos tratar aqui de uma arqueologia, não somente como simples coleta de dados isolados, mas estudar as relações existentes entre os achados, ou seja, assim como a História, buscar constituir a vida material das sociedades. Todos os vestígios de uma determinada sociedade sejam de ordem arqueológica ou histórica, é apenas uma pequena parte daquilo que os homens produziram; a História precisa, portanto, de todos os vestígios possíveis para a reconstrução do coletivo e do particular. Partimos, assim, da compreensão de que:

... já não cabem discussões sobre a relevância de determinadas fontes históricas sobre outras, no resgate do passado humano, se tornando, ao contrário, cada dia mais

² William Stiebing Jr. *Uncovering the past*. 1993

³ Ma. Do Socorro Ferraz. *Missões religiosas no Médio São Francisco: uma abordagem histórica*. 1994. pág. 335.

*necessário à interdisciplinaridade entre as ciências que buscam refletir sobre esse passado.*⁴

Pretende-se assim, seguir os caminhos teórico-metodológicos tratados pela Arqueologia chamada Pós-processual, na recuperação e análise dos vestígios materiais, considerando a preocupação dessa linha teórica com aquilo que se denomina como Arqueologia dos Contextos. Isto equivale a dizer que se uma pesquisa arqueológica pretende estudar de forma sistemática certo objeto de estudo material, esta deve ser vista como re-presentação do passado, e, na tentativa, como diz-nos Ian Hodder, de introduzir-se ao “interior dos acontecimentos, buscar intenções e pensamentos dos atores subjetivos”.⁵

O desafio é apresentar respostas aos desafios da importância do significado cultural do indivíduo ativo e da História e não simplesmente de uma pesquisa demarcada pelos interesses ligados à tradições historiográficas, aos ícones e/ou monumentos tradicionais da historiografia local.

Tal aporte teórico centra-se, portanto em três grandes áreas fundamentais da investigação arqueológica: *a relação entre a cultura material e sociedade; as causas das mudanças sócio-econômicas e culturais*, e por último, *a epistemologia e a inferência* como mecanismo de interpretação.

Ian Hodder estabelece que a Arqueologia Contextual é uma linha de pensamento que pretende fazer um estudo dos dados contextuais através de métodos específicos de análise. A Arqueologia como História, nestes termos, se fixa no conceito que o arqueólogo deve exercer as funções de historiador, sistematizando a partir de uma análise cada vez mais profunda do fato concreto dentro do seu contexto.⁶

Em termos de limites conceituais, primeiramente o termo *contexto* aponta-se ao sentido do meio físico e do comportamento presente na ação; segundo, a idéia de *con-texto*, ou seja, os traços da cultura material (o texto), que estão colocados em tempo e lugar, e, também em relação com outros objetos; e por último, inclui-se também neste, *o contexto do arqueólogo*, a subjetividade do observador impressa em sua própria análise.

⁴ Virgínia Ma. Almoedo de Assis. Subsídios documentais à pesquisa arqueológica: as Missões Religiosas em PE, PB e RN. 1994. Pág. 341.

⁵ Ian Hodder. Symbols in action: ethnoarchaeological studies of material culture. Cambridge: 1982.

⁶ Ian Hodder. Interpretacion en arqueologia: corrientes actuales. 1988.

Procura-se com este trabalho de pesquisa, registrado como Projeto na Base de Pesquisa: História e Historiografia do Período Colonial no Rio Grande do Norte, suprir a ausência de pesquisas que considerem a dimensão das estruturas físicas remanescentes do período colonial, ou seja, um estudo arqueológico sistemático no âmbito dos conhecimentos sobre o período colonial no Rio Grande do Norte, tendo em vista os avanços já obtidos nas pesquisas históricas documentais, nos últimos vinte anos, sobre a história do estado.

Também busca preencher lacunas nas pesquisas sobre as unidades de defesa e de conquista do território no Nordeste colonial, em particular na Capitania do Rio Grande, no século XVII, período considerado importante na historiografia potiguar porque marca primeiramente, a conquista e ocupação definitiva das áreas situadas próximas do litoral; também; a guerra contra o índio (gentio bravo) e a luta por espaços para colonização, espaços que depois serão ocupados em parte pelas Missões de Aldeamento ou pelo avanço da colonização às áreas dos sertões da Capitania.

Além dessas lacunas, por último, a pesquisa pretende dedicar atenção especial ao estudo das chamadas *Casas de Pedra*, ou *Casas Fortes*, enquanto restos materiais citados na historiografia potiguar. Essas estruturas, em forma de restos arquitetônicos, carecem de estudos sistemáticos e aprofundados, não somente das evidências materiais construtivas mas também de um estudo que considere a dimensão da análise de toda a cultura material que poderá ser evidenciada através de prospecções e escavações. As variadas dimensões do contato interétnico produzido nesses espaços também poderão ser mais bem identificadas com a utilização de uma metodologia arqueológica que privilegie não somente os chamados grandes achados, mas dê ênfase no estudo de todo e qualquer vestígio material a ser identificado nas prospecções arqueológicas.

Além dessas, outras mais foram citadas por historiadores como Tavares de Lira, em sua “História do Rio Grande do Norte” que baseado na existência, segundo o autor, de referências documentais a tais construções surgidas no final do século XVII, afirma a existência de várias outras Casas fortes. No entanto, já se buscou também dimensionar a presença e as funções dessas casas fortes, tais como o historiador Hélio Galvão e Olavo Medeiros Filho, em particular sobre uma delas: a Casa de Pedra do Pium. Estes dois autores basearam suas hipóteses interpretativas com base na documentação e nos relatos etnográficos conhecidos, mas não realizaram nem propuseram quaisquer trabalhos sistemáticos sobre a cultura material remanescente nesses locais.

As *Casas Fortes* ou como, melhor dizendo, na fala dos habitantes do interior potiguar, as “Casas de Pedra”, são edificações com características coloniais e que já suscitaram a atenção dos historiadores desde longa data, sendo referenciada por diversos autores que se debruçaram sobre a documentação de história colonial do Rio Grande do Norte.

O primeiro destes foi Vicente Lemos (1912), que em seu trabalho descreve os feitos administrativos dos Capitães-Mores e governadores do Rio Grande do Norte, e afirma ser no governo de Manoel Muniz, em 1685, que começaram os levantes indígenas, e, que no governo anterior, 1665, já se havia aberto caminho aos sertões da Capitania do Rio Grande⁷. Segundo o mesmo autor, é no governo de Paschoal Gonçalves de Carvalho, que no Termo de Vereação, datado de 02 de dezembro de 1687, escrevendo ao Governo Geral, comunica aos membros da Câmara de Natal que os gentios assaltaram os colonos da ribeira do Ceará - Mirim, a cinco léguas da capital, os quais mal podiam defender-se dentro das Casas Fortes.

Acerca do Capitão - Mor da Capitania do Rio Grande, Vicente Lemos informa que: “... em carta de 01 de março de 1695, Agostinho Cezar de Andrade, dirigindo-se ao Senado da Câmara afirma ter encontrado os moradores da capitania recolhidos às casas fortes e o gentio sem oposição”.⁸

Afirma ainda o autor que o mesmo Capitão-Mor, em 1695, saiu da cidade do Natal e com os homens que retirou das Casas Fortes, formou um contingente de 160 homens que mandou do Mopibú ao sertão⁹.

Depois de Vicente Lemos, o historiador Tavares de Lira refere-se às mesmas Casas-Fortes de Lemos, dando detalhes inclusive acerca do número destas no território da Capitania do Rio Grande¹⁰.

Lemos, refere-se ainda ao cerco feito pelos índios à Casa-Forte do Cuó (atualmente Caicó, na região do Seridó), através das Cartas do Assu, falando que o Coronel Antônio de Albuquerque Câmara, em 1687, na perseguição aos índios subiu até às cabeceiras do Assu, travando combates, vendo-se obrigado à refugiar-se na Casa Forte da ribeira do Rio Piranhas¹¹. Sendo o trabalho de Lemos, uma descrição dos feitos e fatos administrativos dos Capitães-mores, não se ateve, assim, em determinar a localização ou a origem dessas Casas Fortes, bem como, sua presença como estratégia de ocupação portuguesa no espaço dos chamado Sertão. No entanto, é o primeiro trabalho publicado que tornará divulgado o assunto das Casas Fortes.

⁷ Vicente Lemos. Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte. 1912. Pág. 31, 37.

⁸ Idem. Pág.46

⁹ Id. Ibid.pág. 65

¹⁰ Idem. Pág. 41

¹¹ Id. Ibid.pág. 44-45.

Rocha Pombo (1920) também fez diversas referências, em sua obra, às Casas Fortes, afirmando ser durante o período holandês que os índios tapuias mataram a todos os portugueses que puderam, em redor de vinte léguas em torno dos postos fortificados¹². Segundo Pombo, nas vizinhanças do Antigo Engenho Ferreiro Torto, setenta pessoas refugiaram-se dos holandeses e de Jacob Rabbi, e afirmando, baseado em outro historiador, ser neste engenho, pertencente a João Lostau Navarro, que se refugiou aquela gente¹³.

Apresenta, de acordo com documento de 21 de janeiro de 1670, que o Senado da Câmara de Natal clamava à Corte contra a insuficiência da guarnição de Natal e de todos os meios de defesa, atentando assim para a necessidade de colonos para a Capitania. No mesmo trabalho, afirma ainda, que os *postos fortificados* serviram de refúgio para os moradores da Capitania que fugiam dos ataques indígenas, daí a providência de se construir muitas *Casas Fortes* em todos os pontos da capitania mais expostos à ação dos índios, dado a falta de homens preparados para guerra¹⁴.

O autor toma o cuidado de conceituar *Casa Forte* como: “... um posto entrincheirado e guarnecido de alguns homens. Servia de refúgio aos moradores em caso de perigo”.¹⁵ Faz referência também a Agostinho Cezar de Andrade, que quando Capitão-Mor do Rio Grande, em 1688, observou os moradores recolhidos nas Casas Fortes e o “gentio bravo” sem oposição. No mesmo governo deste Capitão-Mor pôs-se em prática a providência de fundar dois postos militares na ribeira do Açú, chamando-os de “quartéis”.¹⁶ O autor não chega, porém, a determinar a localização destas Casas Fortes, nem relacioná-las a quaisquer outros eventos além dos embates contra o índio gentio tapuia.

Augusto Tavares de Lira (1920), talvez seja o historiador que mais contribuiu para o estudo da história colonial potiguar, pois em seu trabalho, “História do Rio Grande do Norte”, elaborou um grande esboço, base de todos os trabalhos que vieram depois dele. Em relação às *Casas Fortes*, dá atenção especial a estas, visto que, faz menção à sua existência, de acordo com a documentação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN)¹⁷.

Tavares de Lira faz referência às Casas Fortes também como parte integrante dos postos de vigilância nas proximidades das ribeiras dos rios Ceará-Mirim, do Seridó, do Assu, do Pirangi e do Potengi. Dos vários autores, é o que nos dá a dimensão do alcance das *Casas Fortes*, como

¹² Rocha Pombo. História do Estado do Rio Grande do Norte. 1921. Pág. 123.

¹³ Idem. Pág. 129.

¹⁴ Id. Ibid.pág. 152.

¹⁵ Id. Ibid.pág. 152, nota 27.

¹⁶ Id. Ibid.pág. 160.

¹⁷ Tavares de Lira. História do Rio Grande do Norte. 1920. Pág. 110-111.

unidades de defesa dos pontos importantes da Capitania. Segundo Tavares de Lira, foram nove as Casas Fortes existentes, ao final do século XVII, na Capitania do Rio Grande, sendo estas, construídas nos pontos mais povoados desta.

Desses pontos, seis estão localizados, segundo Lira, em antigos Engenhos; e três nas proximidades das margens de rios. São citadas pelas localidades em que estas tais Casas Fortes estavam situadas, na década de 1680, que são: Cunhaú, Goianinha, Mipibú, Guaíras, Utinga e Aldeia de São Miguel nos engenhos de cana-de-açúcar, e, Tamatanduba, Potengi e Cuó, em ribeiras de rios do mesmo nome¹⁸.

Mesmo com esses trabalhos publicados nas primeiras décadas do século XX, o que encontramos são obras que reproduzem os primeiros autores, exercendo profunda influência na produção historiográfica das décadas de 1970 e 1980 sobre o Rio Grande do Norte, com trabalhos que privilegiaram os aspectos econômicos e sociais em detrimento dos aspectos administrativos e descritivos.

Tarcísio Medeiros, outro historiador, em sua obra: “Proto-História do Rio Grande do Norte”, destaca os aspectos da ocupação pré-histórica no estado, e as características dos materiais arqueológicos encontrados até o início da década de 1980.

A obra de Tarcísio Medeiros é interessante, na medida em que destaca os conhecimentos adquiridos na pesquisa arqueológica sobre o Rio Grande do Norte, e ao estudo dos povos nativos desta região. Ainda assim não encontramos referências sobre a arqueologia histórica, não só em Tarcísio Medeiros, mas em toda a historiografia produzida sobre o Rio Grande do Norte, haja vista que os destaques dados aos trabalhos arqueológicos restringem-se ao período pré-histórico ou pré-colonial¹⁹. Porém, é na década de 1980, que surgirão trabalhos com temática específica, e não somente grandes sínteses da história do Rio Grande do Norte.

Tal exemplo está presente nas obras do pesquisador Olavo de Medeiros Filho, tais como: “Índios do Assu e Seridó” e “No rastro dos flamengos”, onde, apoiado por vasta documentação e sistemático trabalho de organização de fontes primárias do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), o autor aborda aspectos pontuais tais como: “índios”, “domínio holandês”, e “ocupação efetiva” do espaço potiguar colonial. Faz referência às *Casas Fortes*, no livro “No rastro dos flamengos”, atribuindo a existência no relato de Roulox Baro, sucessor de Jacob Rabbi, no trato com os índios Tapuia, de um episódio no Engenho Cunhaú, onde os

¹⁸ Idem. Pág. 111

¹⁹ Tarcísio Medeiros. Proto-história do Rio Grande do Norte. 1985. Pág. 56.

portugueses abrigaram-se na Casa Forte existente no sítio de João Lostão Navarro, sogro do tenente coronel holandês, Joris Garstman²⁰.

Segundo Medeiros Filho, citando o cronista Lopo Curado Gorro, houve mortandade na mesma *Casa Forte*. E ainda segundo o autor, o local do sítio de João Lostão Navarro acha-se assinalado no mapa de Marcgrave, referente à Capitania do Rio Grande.²¹

Na obra “Índios do Açú e Seridó” o mesmo historiador afirma ser a Casa de Pedra, da localidade chamada Pium, as ruínas da Casa-Forte de João Lostão Navarro, mostrando-a inclusive através de fotografias²². Localiza a dita Casa Forte como distando meia légua do mar, perto do rio Pirangi, no município de Nísia Floresta. Além desta Casa Forte, o mesmo autor apresenta a Casa-Forte do Cuó, na fazenda do Penedo, no município de Caicó, e que segundo o autor alojou as tropas do Coronel Albuquerque da Câmara, em pleno período da Guerra dos Bárbaros, sendo construída entre os anos de 1686-1687. O autor tem a preocupação de mostrar, inclusive, as fotografias das ruínas e os alicerces dessa construção.²³

Em trabalho recentemente publicado sobre o Rio Grande do Norte, a historiadora Denise Matos Monteiro afirma que em relação ao período relativo à Guerra dos Bárbaros:

Assim, foram construídas, os reforçadas, casas fortes nos principais núcleos de povoamento da faixa litorânea que se estendia em direção sul à Paraíba – nos atuais municípios de São José do Mipibú, Arês, Goianinha, Canguaretama e Pedro Velho – além da ribeira do rio Potengi e da Aldeia de São Miguel do Guajirú.²⁴

A hipótese principal de que partilhamos é que o surgimento das Casas Fortes (ou de Pedra) se deu logo no início do século XVII ou mesmo após a expulsão dos holandeses no final da primeira metade do mesmo século, e que estas foram prioritárias nas últimas décadas do mesmo século XVII, principalmente em função das novas estratégias de ocupação e colonização do espaço colonial pós-restauração portuguesa exigindo a adequação de espaços de uso civil, mas com características de defesa militar, e também a sua importância, no contexto dos combates contra o gentio bravo, a Guerra dos Bárbaros.

Foram assim, as Casas Fortes, importantes para a ocupação e defesa do espaço da capitania no século XVII, sendo deixadas de lado ao longo da primeira metade do século XVIII, em

²⁰ Olavo de Medeiros Filho. No rastro dos flamengos. 1989

²¹ Idem. Págs. 24-25

²² Olavo de Medeiros Filho. Índios do Açú e Seridó. 1984.

²³ Idem. Págs. 90-96.

²⁴ Denise Matos Monteiro. Introdução à História do Rio Grande do Norte.,2000. pág.64-65.

função do surgimento das Missões de Aldeamento de caráter permanente. Tais Missões não só catequizaram, reduziram e pacificaram em geral, o gentio bravo, mas também representaram o caráter de substituição na estratégia de ocupação, exploração e controle efetivo do espaço nesta capitania.

Como hipóteses adicionais, pensamos inicialmente que, a respeito das características tanto do uso dos materiais quanto estruturais das Casas Fortes no Rio Grande do Norte colonial, existiram em função de terem sido criadas dentro do processo de doação das novas datas e sesmarias, como parte primordial da estratégia de ocupação efetiva das áreas interioranas da capitania.

Segundo o pesquisador Paulo Pereira dos Santos, falando sobre a evolução econômica da capitania do Rio Grande no século XVII diz que: “...para se ter uma idéia da estrutura de produção da capitania do Rio Grande, já em 1614 existiam 185 doações de sesmarias, cobrindo as áreas das ribeiras do Potengi, Jundiá, Pirangi, Mipibú (Trairi) e Ceará-Mirim”.²⁵

Devido a isto, a localização destas Casas dar-se-á inicialmente nos entroncamentos dos dois únicos engenhos conhecidos de cana de açúcar à época, na Zona da Mata e depois, das primeiras datas e sesmarias nas ribeiras dos rios Assu, Apodi, Piranhas e Seridó. Tais localizações poderão ser atestadas pela identificação dos restos remanescentes dessas estruturas.

Em segundo lugar, pensamos que a arquitetura das Casas fortes na Capitania do Rio Grande seguiu padrões já estabelecidos, planejados pelas autoridades portuguesas, mas colocadas em prática por particulares, dateiros ou sesmeiros que haviam recebido terras para uso e colonização. A concepção do espaço construído, as dimensões e as características na distribuição dos espaços, ao mesmo tempo em que seguiram padrões rígidos pré-estabelecidos pela engenharia civil e militar portuguesa, adquiriram também padrões próprios locais, quanto à escolha do local, quanto ao uso e às funções e materiais construtivos envolvidos.

O pesquisador da arquitetura colonial do Brasil, Robert C. Smith, ao abordar sobre as características da construção civil e religiosa desse período afirma ser de 1545, o Regimento de D. João III, que serviu de base para as instruções do Governador Geral do Brasil, Tomé de Sousa, sobre as edificações ao qual determinava que: “... quem quisesse fundar um engenho era obrigado a prover-lhe a proteção por meio de *hua torre ou casa forte*”.²⁶ Ainda sobre as disposições legais sobre as construções do período colonial afirmava que as primeiras Casas Fortes foram inspecionadas pelo próprio Governador Geral, Tomé de Sousa, em 1552 e que ao findar o século

²⁵ Paulo Pereira dos Santos. Evolução econômica do Rio Grande do Norte. 1994, pág. 14

²⁶ Robert C. Smith. Igrejas, casas e móveis: aspectos da arte colonial brasileira. 1979, pág.221.

XVI, havia pelo menos quarenta casas fortes na Bahia e cerca de sessenta em Pernambuco. Mesmo, que segundo o autor, as Casas Fortes do Brasil tenham “desaparecido” quase todas, em muito de suas características, se pode ver que elas lembram as igrejas e conventos fortificados do interior do México no século XVI. Para este pesquisador, a arquitetura desses espaços coloniais, em especial as Casas Fortes, remetem á arquitetura de caráter doméstico, das regiões do Minho e Douro, em Portugal, onde os solares chamam-se “Casas da Torre”, pois foram construídas todas com pedras de grandes dimensões, tanto nos cunhais, quanto nos pilares das arcadas e nos umbrais. Além disso, foram feitas pelo processo de empilhamento de pedras com argamassa de cal de conchas, material abundante no litoral.

Outro dado importante fornecido por Robert Smith é que, os arquitetos do período colonial no Brasil eram arquitetos militares portugueses residentes na colônia e que alguns foram formados nas Aulas de Fortificações e Artilharia, fundadas em Salvador em 1699 e no Rio de Janeiro em 1735, cabendo então a estes toda a sorte de edifícios civis.²⁷

Em suma, nessas áreas de possessão portuguesa, possibilitar aos colonos ao mesmo tempo defesa e ocupação para exploração, exigiu esforços quanto às adaptações e adequações próprias às condições naturais locais, inclusive no uso da mão-de-obra indígena para a construção destas Casas Fortes.

Além disso, pensamos ter sido considerável o poder político e econômico desses sesmeiros, ao conseguir construir tais estabelecimentos com recursos próprios, dado que inexistem referências à participação financeira direta do Estado português nesses empreendimentos. Tais afirmações poderão ser atestadas pelos materiais arqueológicos encontrados nesses lugares e pela comparação destes com outros já porventura, pesquisados em áreas de ocupação portuguesa no século XVII.

Bibliografia

CASCUDO Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro:

Fundação José Augusto/Adriane, 1984.

HODDER, Ian. ***Symbols in action: ethnoarchaeological studies of material culture***.

Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

²⁷ Robert C. Smith. Igrejas, casas e móveis: aspectos da arte colonial brasileira.1979, pág.292

- _____. *Interpretacion en arqueologia: corrientes actuales*. Barcelona: Editorial Critica, 1988.
- HOOVER, R. L. Os modelos para arqueologia em Missões coloniais. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, 8(2): 321-334,1994-95.
- KERN, Arno Alvarez. Abordagens teóricas em Arqueologia. **Revista de Arqueologia**, Anais da VI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), Rio de Janeiro, vol.1, p.44-57, 1992.
- KERN, Arno A. Método e teoria no Projeto Arqueologia Histórica Missioneira. **Coleção Arqueologia**, Porto Alegre, EDIPUCRS, n.1, v.1,p.181-202,1995-96.
- LIMA, Tânia A. A arqueologia histórica na encruzilhada: processualismo ou pós-processualismo? **Coleção Arqueologia**, Porto Alegre, EDIPUCRS, n.1,v.1,p.227-230,1995-96.
- LOPES, Fátima Martins. **Índios colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado/IHGRN, 2003.
- LUCENA, Veleda. O forte de Óbidos, uma unidade de defesa na conquista do Norte do Brasil. Um projeto de pesquisa. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, 8(2): 303-319,1994-95.
- MARIZ, Marlene da Silva; Suassuna, Luiz Eduardo B. **História do Rio Grande do Norte Colonial (1597-1822)**. Natal: Gráfica Santa Maria, 1999.
- MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Índios do Açu e Seridó**. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1984.
- _____. **No rastro dos flamengos**. Natal: Fundação José Augusto, 1989.
- MEDEIROS, Tarcísio. **Proto-história do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Fundação José Augusto/Presença Edições, 1985.
- _____. **Estudos de História do Rio Grande do Norte**. Natal: Tipografia Santa Cruz, 2001.
- MONTEIRO Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: Edufrn, 2000.
- POMBO, Rocha. **História do estado do Rio Grande do Norte**. (Edições). (Comemorativas do Centenário da Independência do Brasil). Rio de Janeiro: Anuário do Brasil.
- SANTOS, Paulo Pereira dos. **Evolução econômica do Rio Grande do Norte (séculos XVI a século XX)**. Natal: Clima, 1994.

SMITH, Robert C. **Igrejas, casas e móveis: aspectos da arte colonial brasileira**. Recife: Editora Universitária, 1979.

STIEBING, William H. ***Uncovering the past: a history of Archaeology***. New York: Oxford University Press, 1992.

TAVARES de Lira, A. **História do Rio Grande do Norte**. 2a.Ed. Natal: Fundação José. Augusto, 1920.

VICENTE DE LEMOS. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro; Tipografia do Jornal do Comércio, 1912. V.1.

TRIGGER, Bruce G. ***Historia del pensamiento arqueologico***. Barcelona: Ed. Crítica, 1992.